

# Túnel tem 2 novas rotas apresentadas

Uma aparece como inviabilizada por estar no caminho de bens tombados e de formação rochosa. A outra reduz as desapropriações

LUCIANA JULIÃO

DA REDAÇÃO

Dois novas alternativas ao traçado do túnel submerso entre Santos e Guarujá foram apresentadas ontem, na primeira audiência pública na Cidade para se discutir o empreendimento.

As opções foram detalhadas por Ivan Maglio, representante do Consórcio Prime Etel, responsável pela elaboração do Estudo de Impacto Ambiental-Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) necessários à obra. As possíveis rotas foram denominadas como D e E.

A primeira – com o traçado pelo Centro de Santos – foi inviabilizada por conta dos bens tombados na região histórica da Cidade e também pela presença de uma formação rochosa no lado do Guarujá.

A segunda opção ainda apresentou interferências, mas bem menores. A área desapropriada passou de 5,5 para 5,9 hectares (de 55 mil m<sup>2</sup> para 59 mil m<sup>2</sup>) por conta dos galpões. Mas o número de desapropriações caiu em 48,9%: de 227, pelo traçado inicial, para 116.

Com o novo trajeto, não há mais interferências no Canal 4 e nem em bens tombados. A proposta foi estudada e agregada ao EIA-RIMA do projeto. “Analisamos a economia de



Clima de incerteza e muita tensão marcaram os momentos que antecederam a audiência, na Arena Santos

outros municípios além de Santos, como Cubatão, Guarujá e São Vicente. O empreendimento tem, agora, 39 impac-

tos ambientais. Não é possível não ter desapropriação”, explicou Maglio, em meio às manifestações do público.

## TENSÃO

Antes da exposição das alternativas, a tensão tomou conta da Arena Santos, local da audiên-

## Justiça

**O promotor do Meio Ambiente, Daury de Paula Junior, não acompanhou a audiência, mas informou que a decisão do presidente do Tribunal de Justiça ainda vai ser submetida ao julgamento do Tribunal e que o MP vai ter a oportunidade de responder ao recurso da Dersa. “O MP vai pedir a anulação do licenciamento ambiental a partir da data da audiência pública em desconformidade”. Daury ressaltou ainda que a audiência foi feita antes que o órgão ambiental apresentasse o EIA-RIMA. “O estudo que fizeram, em vez de comparar alternativas de traçado, comparou traçado de túnel com traçado de ponte. Isso não é cabível. O empreendimento é um túnel. Deveriam ter comparado traçados de túnel”. O promotor disse também que o MP queria evitar a nulidade do processo ambiental suspendendo a audiência de hoje. “A Secretaria Estadual de Meio Ambiente não está atendendo às resoluções do Consema”**

cia. Às cinco da tarde, horário marcado para o início dos trabalhos, o clima era de incerteza.

Autoridades e moradores

aguardavam um posicionamento da Justiça para saber se aconteceria ou não o controle, solicitado pela Cetesb. Uma liminar do Ministério Público (MP) pedia a suspensão do evento.

Meia hora depois, um documento determinando a suspensão da liminar do MP pôs fim ao impasse e a audiência pública, enfim, começou. “Foi uma decisão justa. A petição do MP não era correta em seus conceitos e o Tribunal de Justiça entendeu dessa forma e suspendeu os efeitos da liminar”, disse o diretor presidente da Dersa, Laurence Casagrande Lourenço.

Foi um começo de noite bastante tumultuado. Com apitos, um grupo de moradores do Estuário e Macuco exigia o anúncio do novo traçado para que a audiência fosse realizada.

O diretor de engenharia do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), Luiz José Preto Rodrigues, começou a apresentação sob muito barulho. Ao exibir o vídeo com o trajeto já conhecido e divulgado, os moradores deixaram as arquibancadas e impediram a continuação da audiência. A Guarda Municipal precisou intervir para evitar confusão. A Polícia Militar também foi acionada.

## Moradores refutam desapropriações

■ Após as explicações sobre as alternativas no traçado, os moradores foram ouvidos. “Nós não aceitamos desapropriações de jeito nenhum. Queremos o túnel na entrada da Cidade”, enfatizou Alexandre Cortez, há 42 anos no Estuário. “Viemos saber se atingem as moradias. Não estamos contra os outros bairros, mas eu defendo o Estuário”, frisou Wagner Pontual, há 46 anos no bairro. Pelo novo traçado, o imóvel onde reside não será desapropriado, mas ele teme pelos outros vizinhos. Morador das casas populares

do Macuco, Itagiba Vidal avalia que a proposta apresentada “ofende” a população. “Não importa de mais ou menos. Por que essa audiência está acontecendo?”

O vereador Evaldo Stanislau (PT) protocolou moção de nulidade da audiência pública, com mais de 50 assinaturas de moradores, e pediu que constasse em ata. “Não considero esta audiência válida. Vamos esperar o parecer da Justiça”.

A secretária adjunta de gabinete da Prefeitura de Santos, Débora Blanco, ressaltou que a Prefeitura está à disposição pa-

ra discutir um novo traçado e que o prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) se comprometeu com a revisão do projeto.

A última parte da audiência, na qual o responsável pelo EIA-RIMA responde aos questionamentos, não aconteceu por conta do tumulto. “É perfeitamente normal este tipo de manifestação. É um processo democrático, aberto. Processo de licenciamento ambiental é assim”, analisa Bruno Covas, presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente e secretário de Meio Ambiente.

## PREFEITURA DE SANTOS

Em contato telefônico, o prefeito de Santos disse que não se faz um projeto desse porte sem alguma intervenção. “A Dersa evoluiu para um traçado que reduz significativamente as desapropriações e diminui o impacto no trânsito da Cidade”.

Barbosa ressaltou que a obra tem aprovação de 86% dos santistas. “Tenho de governar para toda a Cidade. O túnel não é para situação nem para oposição. É para a população, especialmente a que mais precisa”.



Representantes do Estuário e do Macuco discordam das propostas

## Prefeitos querem extensão do VLT

VICTOR MIRANDA

DA SUCURSAL

A lição de casa foi feita. Após serem desafiados pelo Governo Federal a desenvolver um projeto de mobilidade urbana para ser incluído no Programa de Aceleração do Crescimento para municípios com mais de 50 mil habitantes (PAC 50), os prefeitos do Litoral Sul concluíram uma proposta, que deverá ser entregue ainda hoje à Agência Metropolitana da Baixada Santista (Agem).

Ontem, Alberto Mourão (Praia Grande), Marco Aurélio Gomes dos Santos (Itanhaém) e Ana Preto (Peruíbe) se reuniram em Mongaguá e definiram a proposta a ser encaminhada à Agem e, se tudo der certo, depois para Brasília.

A iniciativa prevê duas ações paralelas. A primeira é a extensão do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) no Samaritã, na Área Continental de São Vicente – que, por enquanto, também é apenas um projeto – até o Caiçara, em Praia Grande.

A partir desse ponto, a proposta prevê a instalação de um Corredor Rápido de Ônibus (BRT, na sigla em inglês), integrado ao terminal Caiçara até Peruíbe, cortando os demais municípios.

Essa via expressa, conforme a ideia, pode ter uma extensão



Em São Vicente, modal passará por viaduto da Av. Antonio Emmerich

aproximada de 80 quilômetros e ser exclusiva para linhas de transporte coletivo intermunicipais. Deve contar com 12 pontos de embarque e desembarque e ter um investimento previsto para implantar de R\$ 400 milhões. A intenção é que seja utilizada área da via férrea para essa ação.

Segundo Mourão, a ideia da proposta é antecipar as melhorias para 2016, mexendo no cronograma inicial da segunda fase do VLT que previa, por exemplo, a conclusão do trecho do Samaritã em 2018.

“Vamos pensar no trecho do Samaritã ao Caiçara. São 8,5

quilômetros de extensão. Não tem ponte e nem necessidade de desapropriação. É muito mais fácil e nada impede que, tendo os recursos federais, seja possível acelerar”, explica.

O prefeito de Praia Grande também aponta que, por se tratar de um tema metropolitano, a proposta será anexada ao projeto geral, que também deve contar com as sugestões de Bertoga, Guarujá e Cubatão para a mobilidade urbana.

## SÃO VICENTE

Do outro lado, São Vicente também acelera sua equipe técnica para elaborar um projeto bási-

co para a implantação do VLT a partir do Terminal dos Barreiros, na Vila Margarida, até o Samaritã, na Área Continental. A ideia do prefeito Luís Cláudio Bili é que tal projeto seja concluído no máximo até o começo de dezembro.

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU) garante que o próprio governador Geraldo Alckmin autorizou a realização de estudos de impactos ambientais do trecho, em um sinal de que a segunda fase de implantação do VLT poderá ter início em pouco tempo.

“No encontro que tivemos (os nove prefeitos da região) há algumas semanas em Brasília, com o vice-presidente Michel Temer, o Ministério das Cidades e a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, foi dito que a ‘bola’ estava nas nossas mãos. As cidades têm conversado e existe um empenho de conquistarmos esse espaço no PAC 50”, afirma Bili.

No pré-projeto apresentado em julho, foi dito que o Sistema Integrado Municipal entre a Ponte dos Barreiros e Samaritã deverá percorrer um trecho de 7,7 quilômetros de extensão e contará com quatro estações, sendo duas de transferência. Já foram iniciados os levantamentos topográficos.

## EMTU garante que obra não vai atrasar

■ A primeira fase do VLT não irá atrasar. A garantia foi feita na manhã de ontem, na entrevista coletiva no Palácio Martim Afonso, em São Vicente, do diretor-presidente da EMTU, Joaquim Lopes da Silva Júnior. Também estavam presentes o prefeito Luís Cláudio Bili e o gestor regional da obra, Carlos Romão Martins, que elogiou o andamento da obra – em especial no trecho vicentino – e voltou a citar que os trabalhos estarão garantidos em 2014.

“Não temos um outro prazo. É um cronograma, que vem funcionando muito bem”, disse Silva Júnior, que ainda citou que o primeiro veículo deve chegar em maio. “O contrato previa junho, mas conseguimos antecipar”.

Romão afirmou que ainda aguarda documentos da Cetesb para que os trabalhos sejam realizados no polêmico trecho da Avenida Francisco Glicério, em Santos. “Ainda não tivemos resposta. Vamos aguardar. Mas não temos uma alternativa de traçado”.

A expectativa, no entanto, é que as pendências no trecho santista sejam resolvidas logo. Se isso ocorrer até dezembro, eles acreditam que não

haverá atraso nas obras.

Já em São Vicente, o entrave ocorreu abaixo do viaduto da Avenida Antonio Emmerich, onde há duas adutoras da Sabesp. “Já sabíamos da existência, mas tivemos que analisar a profundidade. Em 15 ou 20 dias faremos a remoção”, disse Romão.

## PROJETO

A primeira fase do VLT vai ocupar uma antiga linha férrea para ligar Santos e São Vicente. A etapa inicial do projeto terá 9,5 quilômetros entre a Avenida Conselheiro Nêbias, em Santos, e o Terminal Barreiros, na Área Continental de São Vicente. O investimento neste trecho alcança R\$ 313,5 milhões. O total é de cerca de R\$ 1 bilhão. O trecho será servido por um terminal (Barreiros), uma Estação de Transferência (São Vicente), pátio de apoio do VLT e 11 estações de embarque/desembarque ao longo do traçado – seis em São Vicente e cinco em Santos.

A EMTU garante que as viagens começarão a ser executadas em janeiro de 2015, e as passagens terão o custo médio da atual tarifa municipal.